



20ª CONFERÊNCIA SINDICAL DAS CIDADES CAPITAIS EUROPEIAS
23 E 24 DE FEVERERO DE 2021

Intervenção de Boas Vindas

Libério Domingues - Coordenador da USL/CGTP-IN

Caras e Caros Companheiros

Em nome da União de Sindicatos de Lisboa da CGTPIN, quero antes de mais, dirigir-vos uma forte e calorosa saudação e a todas as organizações que aqui representam, dar-vos as boas vindas a Lisboa e a esta 20ª Conferência Sindical das Cidades Capitais Europeias.

Uma Conferência diferente na sua concepção e organização, pelos motivos que todas e todos conhecemos e que se prendem com a crise sanitária que atravessamos e com as suas restrições e constrangimentos. Este nosso encontro é de facto diferente, desde logo pela distância física, e não terá por isso a mesma euforia dos reencontros e o calor humano que caracteriza as nossas reuniões.

No entanto, estou certo que, mesmo nestas condições que as tecnologias de comunicação nos proporcionam, estará presente nos nossos trabalhos ao longo destes dois dias, o empenho, a determinação e confiança que nos anima, em torno de objectivos comuns no sentido da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e da melhoria da qualidade de vida nos nossos Países e Regiões capitais.

Os tempos que vivemos são de grande complexidade e exigência, fortemente marcados pela pandemia do Covid-19, pelos seus impactos e consequências, quer ao nível da saúde pública, quer no plano económico e social, e em que, os trabalhadores estão a ser dos mais atingidos nos seus direitos e rendimentos, nas suas condições de vida e de trabalho.

Desde o início da pandemia, procuraram vender a ideia de que esta ameaça pandémica é igual para todos e que, no final, vamos ficar todos bem.

Sabemos que não foi assim, que não está a ser assim. Se há algo que fica bem patente neste momento crítico são as enormes desigualdades existentes e que os trabalhadores estão a sofrer consequências negativas de enorme alcance e que se agravam de dia para dia. Ficou também visível que nas regiões e cidades capitais se viram ampliadas muitas das consequências negativas desta crise pandémica.

Este é por isso, também, um momento em que os trabalhadores precisam, mais do que nunca, dos seus sindicatos de classe, fortes e com capacidade de intervenção nas empresas, serviços e locais de trabalho, que dinamizem a acção e a luta reivindicativa em torno da resolução dos seus problemas concretos, dos seus anseios e legítimas aspirações.

Uma acção e intervenção que implica, hoje, capacidade de resposta a muitas situações e problemas novos no plano laboral, como por exemplo, a proliferação e generalização do tele-trabalho, que tem uma dimensão particularmente expressiva nas regiões e cidades capitais. Como é que estamos a agir no sentido da protecção dos trabalhadores em teletrabalho, como estamos a acompanhar e a denunciar os inúmeros problemas associados a esta forma de trabalho?

Se no início (e na perspectiva de responder ao risco do contágio) os problemas estiveram mais escamoteados, hoje estão à vista de todos e já não ouvimos os trabalhadores dizerem que esta é a relação do futuro: sentem o desgaste psíquico, os impactos na sua vida pessoal e familiar e, muito importante, sentem a falta do local de trabalho, do contacto e da interacção face-a-face com os seus colegas. Como estamos, ou vamos, combater o seu isolamento? Como mantemos o contacto e a sua capacidade de envolvimento e de acção colectiva? Que papel é o nosso, sindicatos, de evitar a completa atomização dos trabalhadores, de contrariar a enorme individualização de que esta forma de trabalho se reveste, como vamos continuar a afirmar e a defender esta dimensão fundamental do trabalho que é a sua dimensão social e colectiva?

Por outro lado, em nome de um, digamos, “bem maior” – a saúde – estamos a viver um momento que procura impor a suspensão de direitos, liberdades e garantias fundamentais. Os próprios sindicatos estão a ser crescentemente alvo de tentativas de limitar o acesso aos locais de trabalho e o contacto directo com os trabalhadores. Como contrariamos as consequências altamente perigosas deste momento para o enfraquecimento da democracia e para a institucionalização subreptícia do autoritarismo? Qual é a nossa responsabilidade enquanto sindicatos

para afirmar que a defesa deste bem que é a saúde não se faz com o ataque aos direitos, à acção colectiva e à democracia?

Ainda sobre esta pandemia e de como será o emprego depois da crise, deixar a questão de se este é, ou não, o momento para afirmarmos que as consequências económicas e sociais deste vírus têm por trás dimensões que estão muito para lá do vírus propriamente dito e que este é precisamente o momento em que se tem que questionar e contrariar as opções política e económicas que nos fragilizam a todos perante uma ameaça pandémica como a do COVID-19 (mas não só). Apenas como exemplo, referir que quando falamos do impacto desta crise pandémica temos que responsabilizar e trazer ao de cima as nefastas consequências das políticas laborais que fragilizam os trabalhadores (a generalização da precariedade e a pressão para a externalização das relações laborais, o enfraquecimento da protecção da contratação colectiva, a pressão para os baixos salários, o ataque aos sistemas de protecção social)- Quando falamos dos impactos desta crise temos que questionar as opções políticas de cariz neoliberal que enfraquecem o papel do Estado e promovem o desinvestimento nos serviços públicos fragilizando as indispensáveis respostas públicas, nomeadamente na Saúde, mas também nos transportes, etc.

Nestes dois exemplos estão dimensões políticas e económicas, que esta crise mostra de forma clara e evidente o modo como nos tornam tão vulneráveis perante uma crise pandémica desta dimensão. Sair desta crise terá que implicar, não apenas as respostas necessárias para o combate presente à pandemia, mas também a exigência de que estas configurem a urgência da mudança de políticas e a exigência de mudanças estruturais necessárias para um futuro melhor.

Situações e problemas que, admito, possam ter realidades diferentes nos nossos Países e Regiões, mas cujas causas serão comuns e resultantes de opções políticas erradas, contrárias aos interesses dos trabalhadores e favoráveis ao capital, que importa identificar, denunciar e combater. Sendo este nosso encontro uma boa oportunidade nesse sentido e um contributo importante para o reforço da luta que travamos nas nossas cidades capitais Europeias.

Permitam-me ainda um breve apontamento sobre a Presidência do Conselho da União Europeia, que Portugal assumiu no início deste ano, num quadro, ainda, de grande incerteza quanto à evolução da pandemia de Covid-19 e de agravamento da situação económica e social.

Nesta presidência, está colocado o avanço do chamado “Plano de Recuperação” e Orçamento da UE, cujas verbas a CGTP-IN continuará a defender que sejam consideradas como subsídios a fundo perdido e utilizadas segundo as prioridades

decididas por cada País, sem condicionalidades e imposições associadas à sua utilização.

Nesse sentido, a CGTP-IN irá continuar a defender, um caminho de desenvolvimento económico e social em cada País, de cooperação com igualdade e reciprocidade, um caminho só possível com a luta e a unidade na acção em defesa dos salários, dos direitos, de uma mais justa distribuição da riqueza e da valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Como sindicalistas, temos a responsabilidade de ser portadores de confiança e esperança num futuro melhor, de afirmar a importância e centralidade dos trabalhadores, a importância e centralidade dos direitos e da melhoria das condições sociais e vida das populações, para uma Europa de Democracia, de Paz, Solidariedade e Justiça Social.

Saúde e Bons Trabalhos!